

Ata n.º 3

Reunião do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal (CEDI) (Ordinária)

No dia 26 de julho de 2016, pelas 10h00, na sede desta CIM, em Coimbra, reuniu o **Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal (CEDI)** da Região de Coimbra convocado pelo Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal (CI), João José Carlos Alexandrino Mendes, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação da Ata n.º 2, de 13 de maio de 2015;
2. Tomada de posse da Associação Coimbra Mais Futuro;
3. Apresentação do Programa *Start Up* Portugal (A cargo do CEO da Portugal Ventures, Celso Guedes de Carvalho);
4. Regimento do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal;
5. Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Região de Coimbra – Ponto de situação;
6. Outros assuntos.

À hora anunciada na convocatória, o Presidente do Conselho Intermunicipal (CI), adiante designado Presidente do CI, João Ataíde das Neves, fez circular a lista de presenças para assinaturas dos presentes, que se junta como anexo à presente ata, tendo-se verificado a existência do *quorum* necessário.

O Presidente do CI deu as boas vindas e agradeceu a presença de todos os presentes, dando início de seguida à reunião.

Ordem do Dia

1. Aprovação da Ata n.º 2, de 13 de maio de 2015

O Presidente do CI colocou à discussão e aprovação da ata n.º 2, de 13 de maio de 2015, não tendo sido suscitadas, pelo CEDI, quaisquer correções à mesma.

O Presidente do CI colocou a ata n.º 2, de 13 de maio de 2015, a votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

2. Tomada de posse da Associação Coimbra Mais Futuro

O Presidente do CI referiu que a CoimbraMaisFuturo - Associação de Desenvolvimento Local de Coimbra, solicitou a integração como membro do CEDI desta CIM Região de Coimbra atendendo ao âmbito geográfico da sua intervenção e as suas competências como GAL, essenciais para uma forte articulação com a CIM Região de Coimbra.

Salientou que todos os GAL da Região de Coimbra têm assento no CEDI e que foi aprovada em reunião do CI a adesão desta entidade.

O CEDI aceitou, por unanimidade, a integração da CoimbraMaisFuturo – Associação de Desenvolvimento Local de Coimbra com membro do CEDI.

De seguida formalizou-se o ato de tomada de posse da CoimbraMaisFuturo – Associação de Desenvolvimento Local de Coimbra, tendo como representante legal o seu Presidente, Dr. Nelson Lopes.

3. Apresentação do Programa Start Up Portugal (A cargo do CEO da Portugal Ventures, Celso Guedes de Carvalho)

O Presidente do CI referiu que manteve alguns contactos com o Secretário de Estado da Indústria, Dr. João Vasconcelos, no âmbito do programa em que o Governo aposta para promover o empreendedorismo no país sendo um dos objetivos da CIM Região de Coimbra o de “captar mais investimento com a mais-valia da inovação”.

O Presidente do Conselho de Administração da Portugal Ventures, Celso Guedes de Carvalho, agradeceu o convite e de seguida apresentou a iniciativa do Ministério da Economia e da Secretaria de Estado da Indústria dizendo tratar-se da sua primeira apresentação da estratégia nacional para o empreendedorismo Start Up Portugal. O programa encontra-se planeado a quatro anos e desenvolve-se em três grandes áreas: a do ecossistema, a do financiamento e da internacionalização e a captação de “capitais de risco”.

Explicou que é intenção realizar práticas como a partilha de recursos físicos, a profissionalização de equipas e a facilitação de contactos, destacando a criação de quatro grandes projetos: uma rede Nacional de Incubadoras, uma Rede Nacional de Fablabs e Makers, uma zona livre Tecnológica e um Programa Simplex para StarUps.

No que respeita ao financiamento aludiu ao Programa Semente, que constará no OE para 2017. No que concerne à internacionalização apontou a realização do Web Summit a decorrer em Lisboa no próximo mês de novembro.

Relativamente ao programa +Património +Turismo, tomou a palavra António Carvalho, Diretor de Investimentos da Portugal Ventures, agradecendo o interesse e o convite formulado.

Começou por fazer uma breve apresentação sobre a atividade da Portugal Venture nos últimos anos.

Informou que o turismo é uma das áreas em que a Startup Portugal aposta em termos de inovação e mais-valia para o país e suas regiões, de seguida apresentou aos membros do CEDI o programa realizado em parceria com a Turismo de Portugal.

O Presidente do CI entende que se deve tentar o maior investimento no país para a aproveitar os bons recursos humanos que entretanto foram sendo criados, reconhece que hoje há um capital humano muito mais capacitado e valorizado e com vontade de inovar.

O CEDI tomou conhecimento.

4.Regimento do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal

O Presidente do CI referiu que face às recentes alterações, propõe-se a retirada deste ponto da ordem de trabalhos sendo a nova versão deste Regimento votada na próxima reunião do CEDI.

O CEDI tomou conhecimento.

5.Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Região de Coimbra – Ponto de situação

Relativamente ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Região de Coimbra, o Presidente do CI recordou os presentes que a apresentação do mesmo foi feita na última reunião do CEDI, em maio de 2015, deu nota de algumas alterações significativas, salientou ter havido uma transformação ao nível da gestão política do quadro comunitário de apoio o que criou alguns entorpecimentos, deseja que o anúncio previsto não se venha a concretizar e se dê uma redução significativa nos Planos Operacionais.

Tomou a palavra o Secretário Executivo Intermunicipal lembrando que na última reunião do CEDI foram apresentadas as linhas macro do Pacto desta CIM Região de Coimbra, cujo processo de negociação foi algo complexo, longo, face à tipicidade existente neste instrumento e à construção, pela primeira vez, de um investimento territorial integrado e face às dinâmicas territoriais desta Região.

Esclareceu que esta entidade intermunicipal pretende ser um agente de desenvolvimento e um parceiro para as entidades aqui representadas, referindo que todas as orientações macro estão alinhadas com os objetivos gerais e atuais da Europa, de Portugal e com aquilo que são os desafios da sociedade.

Prosseguiu dizendo que pela primeira vez os Pactos de Desenvolvimento Territorial, a contratualização com as CIM tem verdadeiramente projetos intermunicipais o que se coloca como um desafio de coesão, existem projetos onde o único beneficiário é a CIM Região de Coimbra e que tem de ser executados por este território composto por 19 municípios.

Relativamente à dotação financeira para o financiamento do Pacto, salientou que as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais (PO) financiadores asseguram para o período de vigência do Programas um apoio global de Fundo que totaliza 52.554.926,95 euros, o que considerou insuficiente para as necessidades identificadas.

Ainda no uso da palavra referiu os objetivos e anunciou os projetos que estão em andamento no âmbito do Pacto bem como os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar.

Salientou que o principal objetivo neste momento é executar o que está contratualizado, as equipas estão a trabalhar e estão empenhadas em ser agentes e colaboradores no desenvolvimento no território. Acrescentou que o Pacto herda e beneficia deste processo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) disponibilizando-se para ajudar as entidades que compõem este CEDI nos projetos que reconheçam de grande importância a fim de se trabalhar em parceria.

O Presidente do CI referiu que este é um órgão de política territorial e de afirmação do território e para além do Pacto Regional existe a preocupação de alargar horizontes e não estar apenas circunscrito aos PO Regionais mas também junto da Comissão Europeia começar a ter presença.

Apontou ainda que o plano de ação das autarquias se encontra em franco desenvolvimento, foram assumidas algumas competências no sentido de preservar a área de intervenção local, nomeadamente com Direção Regional da Educação, Direção Regional de Cultura do Centro, Administração Regional de Saúde, a fim de se levar a cabo a construção de Centros de Saúde, quer a valorização de património de alguns monumentos, que ao nível da construção de respostas educativas adequadas às especificidades das várias comunidades escolares.

Entre os principais desafios destacou a construção de medidas ativas de combate ao desemprego de natureza local e de uma oferta de formação profissional orientadas para os grupos mais vulneráveis aos riscos de exclusão social; a deteção precoce de riscos sociais nas escolas e no combate ao insucesso e abandono escolar; o encontro de uma solução de eficiência energética adequada às especificidades dos polos urbanos de maior dimensão e aos territórios de baixa densidade; negociação de verbas para a necessária promoção turística que considerou “um vetor que pode aprofundar a coesão territorial.”

Por fim aludiu também à defesa intransigente da requalificação da Linha da Beira Alta, ao acompanhamento de todos os *dossiers* de tipificação nacional que se encontrem na área do território desta CIM, ao empenho numa solução para o Metro Mondego através da afetação de verbas dos PO regionais, ou seja são as componentes de ordem estratégica e política que se pretende levar a cabo.

Interveio Miguel Ventura, representando os Grupos de Ação Local da Região de Coimbra e passou a ler um documento, que constará como anexo à presente ata e que a seguir se transcreve:

“Os Grupos de Ação Local (GAL) da Região de Coimbra – ADELO, ADIBER, ADICES, COIMBRA + FUTURO, DUECEIRA, PINHAIS DO ZÊZERE E TERRAS DE SICÓ - que têm a responsabilidade de implementar as Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC / LEADER), já procederam à abertura dos primeiros concursos associados à Medida 10. LEADER do PDR2020, aos quais está associado um montante global de 3,95

milhões de euros de fundos comunitários e nacionais e com os quais se prevê possa ser alavancado um investimento global superior a 8 milhões de euros em toda a Região.

Cerca de 3 anos após o encerramento do Subprograma 3 do PRODER, os territórios rurais voltam a beneficiar de um programa territorializado, assente em parcerias locais, a partir do qual serão disponibilizados recursos financeiros e apoio técnico para a concretização de investimentos no sector primário, com o objetivo de diversificar e aumentar a competitividade da agricultura e atrair e fixar novos agentes nestas Regiões, criando emprego e riqueza.

Os concursos que se encontram já a decorrer, estão diretamente relacionados com os pequenos investimentos na exploração agrícola cujo objetivo será o de capacitar e modernizar a pequena agricultura e com os investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas que visa modernizar as empresas que desenvolvem atividade nesta área e valorizar as produções de qualidade locais.

Cientes da necessidade de disseminar a informação disponível junto dos potenciais beneficiários e de aumentar a proximidade destes com as oportunidades associadas a este Programa, os GAL da Região de Coimbra encontram-se a realizar um conjunto de ações de divulgação das normas e orientações associadas a estes concursos, que permitirão estimular a apresentação de candidaturas para a concretização de projetos de investimento, facilitando a aplicação célere destes recursos na economia.

Os GAL da Região de Coimbra prevêem que os concursos associados às restantes áreas de apoio que integram a Medida 10. LEADER do PDR2020, possam ser lançados no próximo mês de setembro, após a Autoridade de Gestão disponibilizar toda a informação e aprobe os respetivos procedimentos.

Na reunião do Conselho Estratégico da CIM Região de Coimbra ficou, uma vez mais, vincada a vontade e disponibilidade dos GAL em reforçarem as parcerias já estabelecidas, com o objetivo de poderem aceder a outros recursos, nomeadamente os disponibilizados diretamente pela Comissão Europeia, que permitam reforçar as suas competências e os recursos para a implementação das suas Estratégias.

Exemplo deste trabalho conjunto e articulado é a candidatura do Projeto transnacional “EMPREENDERural”, apresentada no âmbito do INTERREG V (POCTEP), que envolve vários GAL, a ESAC e 2 parceiros espanhóis e que tem por objetivo desenvolver ações conjuntas de capacitação e apoio técnico ao empreendedorismo em meio rural. Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto dos GAL com responsabilidade no respetivo território de implementação do Projeto.”

O Presidente do CI respondeu que compreende a insatisfação evidenciada relativamente à diminuição prevista para os projetos de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) e que a CIM tem apelado ao reforço a esse nível.

O Secretário Executivo Intermunicipal clarificou que existe uma grande disparidade na distribuição de verbas e de acesso a determinadas PI, no que diz respeito aos centros urbanos regionais e estruturantes (PEDU's) designadamente Figueira da Foz, Coimbra, Cantanhede e Oliveira do Hospital, face aos centros urbanos completos (PARU's) restantes municípios, facto que levou esta CIM a ter uma ação unânime e a reivindicar alguma equiparação na atribuição de verbas, assim como a clarificação das regras constantes do aviso de concurso. Avançou que as reabilitações do ponto de vista do PARU e do PEDU vão avançando, há um estímulo neste momento por parte do Governo para a aceleração dos fundos, dando um incentivo de 10% ao valor global contratualizado desde que as autarquias tenham submetido um pedido de pagamento das obras financiadas.

Interveio António Morais, Diretor Executivo do ACES Baixo Mondego, questionando quais os valores contratualizados para a Prioridade de Investimento (PI) relacionada com a reabilitação de equipamentos de saúde. Manifestou igualmente preocupação face à dimensão do território e à falta de dotação no Pacto para as Unidades Móveis de Saúde (UMS), bem como relativamente ao hipotético encerramento de centros de saúde.

O Presidente do CI considera que as Unidades de Saúde Familiar (USF) são extremamente importantes em termos de intervenção preventiva e que encerrar um Centro de Saúde (CS) não significa necessariamente que se tenha piores cuidados de saúde primários apesar de compreender que a desativação destes é sempre um processo muito delicado. Considera que os Centros de Saúde se limitam a um mero acompanhamento circunstancial e ou de prescrição médica e não fazem o diagnóstico da situação de saúde das populações.

Informou que a CIM Região de Coimbra assumirá as competências enquanto autoridade de transporte competente quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros intermunicipais que se desenvolvam integral ou maioritariamente na respetiva área geográfica e aí se poderá proceder à revisão das linhas de transporte existentes com o intuito de facilitar o acesso das populações, provavelmente mais idosas, às USF.

O Secretário Executivo Intermunicipal respondeu que não existe até ao momento indicação dos valores contratualizados em nenhuma PI, o que está assinado no Pacto é um contrato. Entende que neste caso os valores adstritos à reabilitação dos Centros de Saúde são manifestamente insuficientes e serão disponíveis logo que possível, quanto à componente FEDER disse não haver qualquer alteração em relação ao que está contratualizado. Em relação à questão dos centros de saúde a CIM não está diretamente envolvida nesse processo, existe a informação por parte da tutela de que se trata de um momento de auscultação realizado aos Centros de Saúde para identificação das necessidades mas já com vista à reprogramação do quadro. Relativamente à questão das UMS foram encetados esforços conjuntamente com a Autoridade de Gestão (AG) e com a ARS para incluir este investimento no Pacto e de momento estuda-se, juntamente com os municípios, qual o modelo a adotar.

Antes de encerrar os trabalhos, o Presidente do CI finalizou a sua intervenção agradecendo a presença de todos, destacando que a CIM Região de Coimbra deve ser encarada como uma plataforma de apoio e de interação com as Autoridades de Gestão no enquadramento de bons projetos.

6. Outros assuntos

Sem inscrições.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente do CI, deu por encerrados os trabalhos eram doze horas e quarenta minutos.

De tudo o que ocorreu no decurso dos trabalhos, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente do CI, João Albino Rainho Ataíde das Neves e pela Técnica Superior Susana Ferreira, que secretariou a reunião.

Coimbra, 26 de julho de 2016

O Presidente do Conselho Intermunicipal

da CIM Região de Coimbra

(João Albino Rainho Ataíde das Neves)

A Técnica Superior que secretariou a reunião

(Susana Cristina Ramos Ferreira)